

Nota Informativa

Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias relativo ao 3º bimestre de 2025

23 de julho de 2025

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Poder Executivo publicou ontem o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias (RARDP) relativo ao 3º bimestre de 2025. Alguns destaques deste RARDP são:

- Projeção para as **receitas primárias aumentou R\$ 25,4 bilhões, em termos totais, e R\$ 27,1 bilhões, líquidas de transferências**, em relação ao projetado no RARDP do 2º bimestre, ao passo que a projeção para as **despesas primárias aumentou R\$ 5,0 bilhões**, já contabilizado o valor bloqueado;
- **Bloqueio total de despesas alcançou R\$ 10,7 bilhões**, 107,8 milhões a mais do que no relatório anterior, com vistas a atender ao limite de crescimento real das despesas primárias, estabelecido em 2,5% na LOA 2025;
- Projeção para o resultado primário, em relação à LOA 2025, passou de **superávit primário de R\$ 14,6 bilhões** (0,1% do PIB) **para déficit primário de R\$ 26,3 bilhões** (-0,2% do PIB), contabilizados os abatimentos da meta. No relatório anterior, o **déficit primário** projetado era de **R\$ 51,7 bilhões** (-0,4% do PIB);
- **Abatimentos do resultado primário**, referentes às ADIs 7047 e 7064, **totalizaram R\$ 48,6 bilhões** (R\$ 3,3 bilhões acima do RARDP do 2º bimestre);
- **Contingenciamento de R\$ 20,7 bilhões**, realizado em virtude do relatório anterior, poderá ser revertido, visto que a previsão atual é de **déficit de R\$ 26,3 bilhões**, **R\$ 4,7 bilhões acima do piso inferior da meta**;

2. PRINCIPAIS VARIAÇÕES NAS PROJEÇÕES

Parâmetros Macroeconômicos

A projeção para o crescimento real do PIB, que na LOA de 2025 era de 2,45%, e que no relatório anterior foi estimada em 2,38%, subiu para 2,54% na avaliação deste bimestre. Por sua vez, a projeção para a inflação deste ano foi reduzida em relação ao relatório anterior, de 5,04% para 4,94%, mantendo-se acima da margem superior de tolerância da meta de inflação definida pelo Conselho Monetário Nacional, que é 4,50%. A projeção da taxa Selic manteve-se estável, oscilando de 14,28% para 14,25%. Por fim, a taxa de câmbio retorna ao valor originalmente previsto na LOA 2025, R\$ 5,70.

Receitas Primárias

A Projeção para as **receitas primárias aumentou R\$ 25,4 bilhões, em termos totais, e R\$ 27,1 bilhões, líquidas de transferências**, elevando-se a um patamar de 18,3% do PIB, contra 18,2% do PIB, conforme projeção realizada no relatório anterior. Os principais fatores que contribuíram para esse comportamento são apresentados nas Tabelas 1 e 2.

Tabela 1 – Principais variações nas receitas administradas em relação à LOA 2025

Receita	Justificativa	Diferença (R\$ milhões)
Imposto sobre a Renda, líquido de incentivos fiscais	Crescimento da arrecadação das quotas de declaração no mês de maio de 2025. Maior arrecadação nos itens que compõem o Imposto de Renda Retido na Fonte, com destaque para o IRRF Capital e o IRRF Rendimentos de Residentes no Exterior.	+12.248,3
Imposto sobre Operações Financeiras	Alterações na legislação do tributo. A presente estimativa considerou os efeitos de decisão, no âmbito da Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC 96.	-10.174,2

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2025. Elaboração: Conorf/SF.

Tabela 2 – Principais variações nas receitas não-administradas em relação à LOA 2025

Receita	Justificativa	Diferença (R\$ milhões)
Exploração de Recursos Naturais	As projeções relativas a recursos do petróleo foram revisadas para R\$ 128.783,5 milhões, com alta de 16,1% quando comparadas às projeções contempladas na avaliação anterior, com destaque para a alienação dos direitos e obrigações da União decorrentes de AIPs decorrentes da Lei nº 15.164/2025, em R\$ 17,8 bilhões.	+ 17.912,7

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2025. Elaboração: Conorf/SF.

Despesas Primárias

As projeções do Poder Executivo para as **despesas primárias foram aumentadas em R\$ 5,0 bilhões**, retomando o patamar de 18,9% do PIB originalmente previsto na LOA 2025. Os principais fatores responsáveis encontram-se destacados na Tabela 3.

Tabela 3 – Principais variações nas despesas em relação à LOA 2025

Despesa	Principais Contribuições	Diferença (R\$ milhões)
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	A projeção incorpora os impactos do aumento nas concessões, redução nas cessações, aumento dos requerimentos novos e aumento na análise de requerimentos do BPC, especialmente para os beneficiários com deficiência, observados no período, além de aprimoramentos na metodologia de projeção.	+ 2.898,9
Créditos Extraordinários	Decorrente da publicação da Medida Provisória nº 1.306, de 16 de julho de 2025, com a finalidade de ressarcir os beneficiários do RGPS por descontos indevidos. Ao mesmo tempo, houve redução do saldo de créditos extraordinários inscritos em restos a pagar.	+ 3.178,9
Pessoal e Encargos Sociais	Ajuste das projeções considerando a execução até junho, a atualização das estimativas decorrente da aplicação dos parâmetros macroeconômicos mais recentes, bem como o ajuste das dotações em virtude dos pagamentos retroativos do reajuste de que trata a Lei nº 15.141 de 02 de junho de 2025, especialmente no Ministério da Educação.	- 1.953,9

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2025. Elaboração: Conorf/SF.

Bloqueio

A estimativa para as despesas primárias sujeitas aos limites estabelecidos pelo Regime Fiscal Sustentável (RFS) chegou a R\$ 2.270,9 bilhões, frente ao limite global de R\$ 2.260,2 bilhões para 2025. Portanto, **fez-se necessário realizar um bloqueio, no valor de R\$ 107,8 milhões**, que somado ao bloqueio realizado em decorrência do relatório anterior, alcança um **bloqueio total de R\$ 10,7 bilhões**.

Contingenciamento

O relatório apresentou um déficit esperado de R\$ 74,9 bilhões para o resultado primário. Ao mesmo tempo, um total de R\$ 48,6 bilhões em despesas não serão computadas no resultado primário para fins de cumprimento da meta estabelecida na LDO. Portanto, considerando a meta zero estabelecida nessa lei e o limite inferior do intervalo de tolerância de R\$ 31,0 bilhões (0,25% do PIB) permitido pelo RFS, **o RARPD indica que é possível descontingenciar R\$ 20,7 bilhões.**

3. CONSIDERAÇÕES DA CONORF

O relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referente ao 3º bimestre demonstra uma recuperação dos resultados fiscais no período, consubstanciada na reversão completa do contingenciamento de R\$ 20,7 bilhões previsto na avaliação anterior, com leve incremento de R\$ 0,1 bilhão no bloqueio, totalizando R\$ 10,7 bilhões necessários para se atender ao limite de despesas da Lei Complementar nº 200/2023.

No que tange às entradas de recursos, o bimestre aponta importante recuperação da receita primária total, perfazendo R\$ 25,4 bilhões, trazendo-a de volta a níveis próximos dos previstos na LOA 2025. A composição da receita primária total, no entanto, não se comportou de modo homogêneo: ao passo que as receitas administradas e a arrecadação para o RGPS se encontram em valor R\$ 2,4 bilhões e R\$ 1,8 bilhão superior ao previsto no relatório bimestral passado, as receitas não administradas excedem em R\$ 21,2 bilhões o paradigma anterior.

Pode-se considerar que medidas tendentes a reduzir gastos tributários, tais como o fim do Perse e a reoneração gradual da folha de pagamento, bem como a melhoria na grade de parâmetros macroeconômicos e a resiliência econômica contribuam para esse cenário mais otimista. Contudo, é digno de nota que a maior parcela dessa melhora provém da rubrica de exploração de recursos naturais, na forma da entrada de recursos de leilão a ser realizado em novembro no valor de R\$ 14,8 bilhões, receita extraordinária e não recorrente que incorpora algum risco à previsão orçamentária, caso não se realize.

Finalmente, é importante lembrar que efeitos do aumento do IOF relativos ao Decreto nº 12.499/2025, cuja eficácia foi retomada após decisão monocrática de 16/7/2025 em sede da ADC 96 (STF), bem como da recomposição arrecadatória prevista na MPV nº 1.303/2025, que inclui instituição ou aumento de tributação¹ e compensação tributária, estão considerados nas projeções desse bimestre. Essa consideração também representa algum risco, materializado caso a MPV não seja apreciada pelo Congresso Nacional até 9/8/2025, o que implicaria em cessação de sua eficácia antes dos principais efeitos arrecadatórios pretendidos. Ademais, praticamente a totalidade dessa recomposição, em 2025, está apoiada na compensação de tributos administrados pela RFB, sobre a qual não há maior detalhamento na exposição de motivos que acompanhou a matéria.

No que tange às saídas de recursos, ao contrário do cenário observado nas receitas, as despesas primárias continuam a se afastar das projeções da LOA 2025, ainda que de forma desacelerada nesse último período. Em relação à avaliação do bimestre anterior, as despesas primárias cresceram R\$ 5,0 bilhões, puxadas pelo aumento de R\$ 2,9 bilhões na rubrica de benefícios de prestação continuada e de R\$ 3,2 bilhões em créditos extraordinários, cuja maior parcela remete ao ressarcimento dos beneficiários do INSS no contexto das fraudes reveladas este ano.

Tais aumentos foram parcialmente compensados por uma redução nos gastos com pessoal e encargos sociais no montante de R\$ 2,0 bilhões, explicada por ajustes decorrentes da aplicação dos parâmetros macroeconômicos mais recentes, mas não eximem o Governo da discussão sobre a permanente pressão de benefícios sociais e previdenciários sobre o orçamento, seja na forma de revisão de gastos ou na forma de subestimação dessas rubricas quando da elaboração do PLOA de cada ano.

¹ Especificamente de contribuições adicionais sobre bets e fintechs e compensações administradas pela RFB, já que medidas relativas a tributação sobre títulos ou valores mobiliários e juros sobre capital próprio se submetem à anterioridade anual.

É importante ressaltar ainda que, no âmbito da ADI nº 7641, excepcionalizaram-se dos limites individualizados as despesas custeadas com receitas próprias e de convênios, o que levou o Executivo a recalcular o limite total conforme o RFS, em - R\$ 1,2 bilhão.

A composição das reavaliações das receitas e das despesas leva a uma melhora substancial no resultado primário no período, o que, em última análise, permite o descontingenciamento de R\$ 20,7 bilhões. Ainda que, de todo modo, essas dotações estejam sujeitas à programação financeira, não representando imediata liberação para utilização, é esperado que as emendas parlamentares contingenciadas no período anterior sejam restabelecidas em seus valores integrais. Ademais, as projeções do relatório ora analisado não consideraram quaisquer efeitos decorrentes da guerra comercial inaugurada pelos EUA contra o Brasil, na forma de tarifas de importação de 50%, devido ao fato de que tais condições, se confirmadas, vigerão a partir de 1º de agosto. É importante salientar que, mesmo com esse aparente relaxamento, o resultado primário do Governo Central se encontra a - R\$ 74,9 bilhões de reais, o que representa um déficit de 0,60% do PIB, valor superior ao 0,36% apurado em 2024.

Cabe ressaltar que as despesas com créditos extraordinárias não se sujeitam ao limite de despesas do Regime Fiscal Sustentável, mas devem ser computadas para o cálculo do resultado primário, situação excepcionalizada no caso do ressarcimento do INSS, conforme acordo estabelecido no âmbito da ADPF 1236. Essa rubrica, somada os descontos relativos aos precatórios, conforme ADIs 7047 e 7064, fornecem um colchão de R\$ 48,6 bilhões ao Governo na apuração do cumprimento da meta fiscal, trazendo o resultado primário a - R\$ 26,3 bilhões, R\$ 4,7 bilhões acima do limite inferior da meta, mas ainda R\$ 40,9 bilhões inferior ao projeto na LOA 2025. Como já alertado por esta Consultoria em notas pretéritas, o mecanismo adotado pelo RFS para calcular os créditos extraordinários sugere que, se a despesa não foi considerada na elaboração da LOA, ela deve ser absorvida pela margem oferecida entre o limite inferior e o centro da meta. No entanto, em 2025, até o momento, os R\$ 48,6 bilhões excluídos do resultado primário para fins de apuração do cumprimento da meta resultam na ocupação do espaço entre o piso e o centro da meta por despesas públicas corriqueiras. A persistência dessa interpretação do Governo, aplicada desde as apurações de resultado fiscal de 2024, demanda reflexão e deve suscitar debates públicos em torno de eventual aperfeiçoamento desse mecanismo.

4. PRINCIPAIS PROJEÇÕES DO PODER EXECUTIVO

Discriminação	RARDP 2B	RARDP 3B	Diferença
	R\$ bilhões		
1. Receita Primária Total	2.899,0	2.924,4	25,4
Receita Administrada pela RFB/MF, exceto RGPS, líquida de incentivos	1.876,2	1.878,6	2,4
Arrecadação Líquida para o RGPS	709,2	710,9	1,7
Receitas Não-Administradas pela RFB/MF	313,6	334,9	21,3
2. Transferências por Repartição de Receita	580,6	578,9	-1,7
3. Receita Líquida de Transferências (1) - (2)	2.318,4	2.345,5	27,1
4. Despesas Primárias	2.415,4	2.420,4	5,0
Obrigatórias	2.204,8	2.209,9	5,1
Benefícios Previdenciários	1.032,0	1.032,4	0,4
Pessoal e Encargos Sociais	411,6	409,7	-1,9
Demais, inclusive as sujeitas à programação financeira	761,2	767,8	6,6
Discricionárias do Poder Executivo	210,6	210,6	0,0
5. Resultado Primário Acima da Linha (3) - (4)	-97,0	-74,9	22,1
6. Despesas Não Computadas no Resultado Primário	45,3	48,6	3,3
7. Resultado Primário para Cumprimento da LDO (5) + (6)	-51,7	-26,3	25,4
8. Centro da Meta de Resultado Primário OFS	0,0	0,0	0,0
9. Limite Inferior da Meta de Resultado Primário OFS	-31,0	-31,0	0,0
10. Margem para o Centro da Meta (7) - (8)	-51,7	-26,3	25,4
11. Margem para o Limite Inferior da Meta (7) - (9)	-20,7	4,7	25,4
12. Despesas sujeitas ao limite da LC 200/23	2.272,0	2.270,9	-1,1
13. Limite da LC 200/23	2.261,4	2.260,2	-1,2
14. Espaço (+) / Excesso (-) em relação ao limite (13) - (12)	-10,6	-10,7	-0,1

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2025. Elaboração: Conorf/SF.

5. REFERÊNCIAS E LINKS ÚTEIS

- Acesse o RARDP em:
<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/relatorios-de-avaliacao-fiscal>
- Acesse as publicações da Conorf em:
<https://www12.senado.leg.br/orcamento/estudos-orcamentarios>
- Sítio eletrônico do MPO Transparente:
<https://www.gov.br/planejamento/mpo-transparente>
- Sítio eletrônico Tesouro Transparente:
<https://www.tesourotransparente.gov.br>